

Palavra Final

A INFORMÁTICA NO COTIDIANO DAS PESSOAS CEGAS OU COM VISÃO REDUZIDA

Antônio Carlos Rodrigues Torres Hildebrandt

Cada vez mais, o computador tem-se tornado um objeto indispensável no cotidiano das pessoas. Quem não faz uso dele está, certamente, em situação de desvantagem. Importa, portanto, saber em que medida as pessoas cegas ou com visão reduzida têm tido a possibilidade de usufruir os benefícios advindos da utilização dessa ferramenta tão poderosa.



De modo geral, quem desenvolve um novo produto nunca está preocupado com o fato de que ele possa vir a ser usado por uma pessoa cega ou com visão reduzida.

No caso do computador, é óbvio que aqueles que o idealizaram, bem como os responsáveis por sua evolução, desde os modelos de grande porte de 1ª geração, que ocupavam uma sala inteira, até esses minúsculos aparelhos que carregamos na palma da mão, em momento algum imaginaram que ele pudesse vir a ser operado por uma pessoa com estas características. Tanto que optaram por interfaces visuais na interação do usuário com a máquina. Isso inviabiliza o acesso daquelas pessoas às informações. Assim, nos primórdios da informática, uma análise superficial levaria à conclusão de que a nova tecnologia era inacessível para as pessoas cegas ou com visão reduzida. O tempo mostrou que tal conclusão seria equivocada.

No Brasil, os primeiros contatos daquelas pessoas com o computador ocorreram no início da década de 70 do século passado, quando foi criado, em São Paulo, um curso pioneiro voltado para a formação de programadores cegos. Em poucos anos, um contingente razoável de profissionais cegos ou com visão reduzida conseguiu ingressar naquele seletivo mercado de trabalho. As dificuldades iniciais foram muitas. Os profissionais dependiam de alguém que lesse a definição do programa feita pelo analista e as listagens de erros impressas pelo computador durante a testagem do mesmo. Aos poucos, foram

desenvolvidos processos que permitiam a impressão das listagens em braille de modo precário. Algumas empresas importaram impressoras braille e equipamentos de voz. Essas providências melhoraram sensivelmente as condições de trabalho.



O surgimento do microcomputador e o desenvolvimento das linguagens interativas trouxeram consigo novos problemas para os profissionais cegos ou com visão reduzida, pois os recursos de que dispunham não se adequavam à nova realidade. O mercado de trabalho se fechou e, mesmo para aqueles que já estavam empregados, as perspectivas não eram favoráveis. Concomitantemente, ocorreu a disseminação do computador pessoal, processo do qual as pessoas cegas ou com visão reduzida ficaram alijadas, pela impossibilidade de acesso às informações exibidas na tela.

As próprias pessoas interessadas e outros profissionais de informática têm tentado resolver o problema através do desenvolvimento de aplicativos alternativos com interfaces auditivas ou táteis. Entretanto, tais aplicativos, embora venham sendo continuamente aperfeiçoados, ainda não conseguem oferecer aos seus usuários um nível de informações compatível com o daqueles que utilizam interfaces visuais.

A eliminação definitiva dessa defasagem só será alcançada no dia em que as necessidades das pessoas tidas como "portadoras de deficiência" não forem mais percebidas como "especiais", mas forem tratadas de modo tão natural quanto as das demais pessoas. Então, os desenvolvedores de sistemas operacionais já preverão a interação com o usuário também por meio de interfaces auditivas e táteis.

Apesar disso, é inegável que o advento da informática representou um salto de qualidade no acesso das pessoas cegas ou com visão reduzida à informação, ampliando consideravelmente suas possibilidades no campo da educação, do trabalho, da cultura, do lazer e das relações interpessoais.

Não devemos, contudo, esperar que a informática, por si só, seja capaz de suprir todas as necessidades daquelas pessoas.

Em síntese: a informática, mesmo com as limitações de que ainda padece, se constitui em mais um valioso instrumento, que vem se somar aos já disponíveis, para impulsionar o processo de emancipação social das pessoas cegas ou de visão reduzida.

Antônio Carlos Rodrigues Torres Hildebrandt é formado em Economia pela Universidade Gama Filho; licenciado em Matemática pela UFRJ; professor aposentado do Instituto Benjamin Constant; primeiro professor do IBC a ministrar cursos de Processamento de Dados na instituição (10 anos); técnico do Tesouro Nacional, na área de Informática; atual presidente da Associação dos Ex-Alunos do Instituto Benjamin Constant.